



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CRIMINAL**  
 Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

### TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo nº: **0005284-13.2018.8.26.0566 - 2018/001313**  
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado**  
 Documento de Origem: **CF, OF, IP-Flagr. - 1259/2018 - 3º Distrito Policial de São Carlos, 0107/2018 - 3º Distrito Policial de São Carlos, 151/2018 - 3º Distrito Policial de São Carlos**  
 Réu: **MARCELO APARECIDO SPOSITO e outro**  
 Data da Audiência: **31/08/2018**

Réu Preso  
 Justiça Gratuita

Audiência de instrução e julgamento nos autos do processo acima mencionado que a Justiça Pública move em face de **MARCELO APARECIDO SPOSITO e CARLOS ANDRE GIOVANINI DA SILVA**, realizada no dia 31 de agosto de 2018, sob a presidência do **DR. EDUARDO CEBRIAN ARAUJO REIS**, MM. Juiz de Direito. Apregoados, verificou-se a presença do **DR. MARCELO BUFFULIN MIZUNO**, DD. Promotor de Justiça; a presença dos acusados, devidamente escoltados, acompanhado da Defensora Pública **DRA. AMANDA GRAZIELLI CASSIANO DIAZ**. Iniciados os trabalhos, questionada a escolta acerca da necessidade da manutenção da algema, esta afirmou que não poderia garantir a segurança do ato processual, do próprio imputado Marcelo e de todos os presentes, por sua insuficiência numérica. Diante disso, e cabendo ao Juiz Presidente regular os trabalhos em audiência, foi determinada a manutenção das algemas como a única forma de se resguardar a integridade dos presentes e, principalmente, do próprio imputado, nos termos da Súmula Vinculante nº 11, do STF. Após, pelo MM Juiz foi indagado a acusação e a defesa se concordam que as perguntas sejam feitas inicialmente pelo Juiz, passando-se a seguir, às reperguntas pelas partes. Acusação e Defesa responderam que concordam. Em seguida, foram inquiridas a vítima **DANIEL MORYA DE ALMEIDA CARUSO** e as testemunhas **SAMUEL DOS SANTOS SILVA e ADAUTO DE BRITO TEIXEIRA**. Por fim, foram realizados os interrogatórios dos acusados **MARCELO APARECIDO SPOSITO, LUÍS GUSTAVO PAVLU e CARLOS ANDRE GIOVANINI DA SILVA** (*Depoimentos registrados por meio audiovisual, de acordo com o previsto no artigo 405, § 1º do Código de Processo Penal, tendo sido juntados aos autos em consonância com os artigos 150 e 1.270 das Normas da Corregedoria Geral da Justiça*). Após, não


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**2ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

havendo outras provas a serem produzidas (artigo 402 do CPP), o MM Juiz determinou que se passasse aos debates orais (artigo 403 do CPP), os quais foram realizados em mídia digital (*Conteúdo captado pelo registro audiovisual, tendo sido juntado aos autos de acordo com o artigo 150 das Normas da Corregedoria Geral da Justiça*). A seguir o MM. Juiz proferiu a seguinte **SENTENÇA**: VISTOS. MARCELO APARECIDO SPOSITO e CARLOS ANDRÉ GIOVANINI DA SILVA, qualificados nos autos, estão sendo processados por suposta infração ao artigo 155, §4º, incisos I e IV, do Código Penal porque, de acordo com a denúncia, no dia 04 de maio de 2018, por volta das 11h45min, à Alameda das Orquídeas, 850, Centro, São Carlos teriam subtraído para si, mediante rompimento de obstáculo, os bens discriminados na denúncia, em detrimento da vítima Daniel Morya de Almeida Caruso. A denúncia foi recebida em 06 de junho de 2018 (fls. 161/162). Os réus foram citados e ofereceram resposta à acusação (fls. 216/218 e 263/264). Nesta audiência, procedeu-se a oitiva da vítima e de quatro testemunhas e, na sequência, o réu foi interrogado. O Ministério Público requereu a condenação nos termos da denúncia. A Defensoria Pública, de outra parte, pugnou pelo reconhecimento da atenuante da confissão, com pena mínima e benefícios legais. É o relatório. Decido. A ação penal é procedente. Afasta-se, inicialmente, a argumentação constante das alegações finais defensivas, haja vista que os acusados foram abordados em situação de flagrância, não havendo falar-se em ilegalidade da atuação da Guarda Municipal a macular o presente procedimento criminal. A materialidade delitiva está demonstrada pelo auto de exibição, apreensão e entrega de fls. 32/33 e pela prova oral produzida. A autoria também é certa. Interrogados na presente solenidade, ambos os denunciados admitiram a prática da infração penal que lhes é atribuída. Disseram que, sob efeito de drogas e álcool, ingressaram no imóvel descrito na inicial e apoderaram-se da res furtiva, acrescentando que com dificuldades para transporte da mesa subtraída, foram surpreendidos logo depois pelos agentes da Guarda Municipal. O denunciado Carlos André mencionou inclusive que acessou o imóvel após arrombar o portão de entrada. A confissão harmoniza-se com a prova judicial. A vítima Daniel Morya de Almeida Caruso relatou na presente solenidade que o imóvel é de sua propriedade e que, por ocasião dos fatos, estava desocupado. Disse que recebeu telefonema da imobiliária



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.	

informando acerca da invasão. Dirigiu-se ao local onde estavam os Guardas Municipais que lhe restituíram mesa, fios e estabilizador subtraídos. De acordo com o ofendido, o portão estava violado, demandando posterior reparo. A testemunha Samuel dos Santos Silva disse que é vizinho do imóvel e que, ao chegar em sua morada, viu o momento em que os acusados forçavam o portão de entrada. Após, viu-os carregando uma mesa com alguns objetos posicionados sobre ela. Ato contínuo, comunicou a Guarda Municipal sobre a ocorrência. Ainda, os Guardas Municipais Luís Gustavo Pavlu e Adauto de Brito Teixeira prestaram declarações uniformes sobre o fato. Disseram que, acionados pela testemunha, dirigiram-se ao local por ela apontado onde surpreenderam o acusado Marcelo na posse dos bens que foram reconhecidos pela vítima e a ela restituídos. Mencionaram também que no momento da abordagem o corréu Carlos André foi até o local, demonstrando com seu comportamento, que era conhecido do acusado Marcelo. Os elementos amealhados indicam, portanto, que os denunciados, atuando dolosamente, apoderaram-se dos bens da vítima, havendo o delito atingido a consumação. Devem incidir as duas qualificadoras descritas na inicial acusatória. É certo que os réus atuaram em concurso de agentes. Quanto ao rompimento de obstáculos, embora o laudo pericial de fls. 209/210 não ateste a existência de vestígios no portão, a prova oral é suficiente para suprir a inconclusividade da perícia, circunstância referendada pela jurisprudência consolidada. De fato, o acusado Carlos André quando interrogado disse que arrombou o portão para acessar o imóvel. No mesmo sentido os depoimentos do ofendido e das testemunhas Samuel dos Santos Silva e Adauto de Brito Teixeira. De outra parte, reconheço em favor do denunciado Carlos André a causa de diminuição de pena prevista no parágrafo segundo do artigo 155 do Código Penal, pois os bens subtraídos aparentemente não ostentam valor elevado, não podendo ser a ausência de avaliação considerada em desfavor dos réus. Passo a dosar as penas. **1) Marcelo Aparecido Sposito.** O furto foi praticado em sua forma biqualeficada. A reprovabilidade da conduta é mais acentuada, haja vista que os acusados não apenas ingressaram no imóvel mediante arrombamento, mas também o fizeram em concurso de agentes, tornando a probabilidade de sucesso do crime mais alargada e o prejuízo ao patrimônio da vítima mais elevado. Em consequência, fixo a pena-base um sexto acima do mínimo legal em 02 (dois) anos e 04 (quatro)



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.	

meses de reclusão e no pagamento de 11 (onze) dias-multa. Reconheço em favor do acusado a atenuante da confissão espontânea e, em seu desfavor. Promovo a compensação das circunstâncias, mantendo a pena intermediária conforme inicialmente delineada. Torno-a definitiva, pois não há outras causas de alteração. Porque o réu é reincidente, inclusive específico, estabeleço o regime fechado para início do cumprimento da pena privativa de liberdade imposta, inviabilizando-se, pelo mesmo motivo, a substituição por restritiva de direitos. Não se aplica na hipótese dos autos a previsão constante do parágrafo 2º do artigo 387 do Código de Processo Penal, haja vista a quantidade de pena imposta e a data da prisão cautelar. Eventual direito à progressão de regime será avaliada pelo juízo das execuções criminais. **2)** Carlos André Giovanini da Silva. O furto foi praticado em sua forma biqualeficada. A reprovabilidade da conduta é mais acentuada, haja vista que os acusados não apenas ingressaram no imóvel mediante arrombamento, mas também o fizeram em concurso de agentes, tornando a probabilidade de sucesso do crime mais alargada e o prejuízo ao patrimônio da vítima mais elevado. Em consequência, fixo a pena-base um sexto acima do mínimo legal em 02 (dois) anos e 04 (quatro) meses de reclusão e no pagamento de 11 (onze) dias-multa. Reconheço em favor do acusado a atenuante da confissão espontânea, prevista no artigo 65, inciso III, "d", do Código Penal, reduzindo a sua reprimenda ao patamar mínimo de 02 (dois) anos de reclusão e 10 (dez) dias-multa. Tratando-se de furto privilegiado, reduzo a sanção no patamar máximo de 2/3, perfazendo-se o total de 08 (oito) meses de reclusão e 03 (três) dias-multa, a qual torno definitiva, pois não há outras causas de alteração. Deixo de aplicar pena exclusiva de multa, a qual seria insuficiente para a reprovação da conduta, tendo em vista a prática do delito em sua forma duplamente qualificada e as circunstâncias apuradas nos autos. Com fundamento no artigo 33, §2º, 'c', do Código Penal, estabeleço o regime aberto para cumprimento da pena privativa de liberdade. Presentes os requisitos do artigo 44 do Código Penal, substituo-a por uma prestação de serviços à comunidade, pelo período da condenação, e por pena de multa, na proporção de 10 dias-multa. Para ambos os acusados, considerando a situação financeira, fixo valor mínimo para pena de multa. Posto isso, julgo procedente a ação penal para: 1) condenar o réu Marcelo Aparecido Sposito por infração ao artigo 155, §4º, I e IV, do Código Penal, à pena de 02 (dois) anos e 04 (quatro) meses de



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**2ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

reclusão, em regime inicial fechado, e ao pagamento de 11 (onze) dias-multa, em valor mínimo; 2) condenar o réu Carlos André Giovanini da Silva por infração ao artigo 155, §4º, I e IV, do Código Penal, à pena de 08 (oito) meses de reclusão, em regime aberto, substituída na forma especificada, e 03 (três) dias-multa, no valor mínimo. O réu Marcelo Aparecido Sposito não poderá recorrer em liberdade, pois permanecem inalteradas as condições de fato que ensejaram a decretação da prisão preventiva. Recomende-se na unidade prisional em que está recolhido. Publicada em audiência saem os presentes intimados. Comunique-se. **Pelos acusados foi manifestado o desejo de não recorrerem da presente decisão.** Nada mais havendo, foi encerrada a audiência, lavrando-se este termo que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, \_\_\_\_\_, Luis Guilherme Pereira Borges, Escrevente Técnico Judiciário digitei e subscrevi.

Juiz(a) de Direito: **EDUARDO CEBRIAN ARAUJO REIS**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Promotor:

Acusados:

Defensora Pública: